

ÍNDICE DO DÉCIMO TERCEIRO VOLUME

Advertências	7
Índice geral	9

I INTRODUÇÃO E DOGMÁTICA GERAL

§ 1.º Noções básicas e terminologia

1. Direito das coisas	25
2. Direitos Reais	26
3. Direito dos bens	29
4. Direito lusófono	30

§ 2.º Bibliografia

5. Considerações gerais	34
6. Bibliografia portuguesa	35
7. Bibliografia brasileira	40
8. Bibliografia de Angola	41
9. Bibliografia de Moçambique	41
10. Bibliografia de Timor	41
11. Bibliografia alemã	41
12. Bibliografia espanhola	43
13. Bibliografia francesa	43
14. Bibliografia italiana	43
15. Bibliografia inglesa	44
16. Direito romano e evolução histórica	45
17. Direito europeu (comparado)	46
18. Revistas e <i>Internet</i>	46
19. O ensino de Direitos Reais	49

CAPÍTULO I – EVOLUÇÃO HISTÓRICO-COMPARATÍSTICA DE DIREITOS REAIS

§ 3.º Evolução histórica

20. A apropriação primitiva.....	51
21. Grécia antiga; Platão e Aristóteles.....	52
22. Direito romano.....	55
23. <i>A rei vindictio</i> ; as ações reais.....	61
24. O período intermédio.....	67

§ 4.º Os sistemas de Direitos Reais

25. Generalidades.....	71
26. Método adotado.....	72

§ 5.º O sistema francês

27. Antecedentes e pré-codificação.....	75
28. O Código Napoleão.....	78
29. Especificidades do sistema francês.....	81
30. Tendências evolutivas.....	86
31. As reformas; o caso da Bélgica.....	88

§ 6.º O sistema alemão

32. Classificação germânica e pandectística.....	93
33. O Código Civil alemão (BGB).....	97
34. Especificidades do sistema alemão.....	100
35. Tendências evolutivas.....	108

§ 7.º O sistema italiano

36. Antecedentes e Código Civil de 1865.....	115
37. O Código Civil de 1942.....	119
38. Especificidades do sistema italiano.....	123
39. Tendências evolutivas.....	123

§ 8.º O sistema inglês

40. Aspectos gerais.....	125
41. Especificidades do sistema inglês.....	128
42. Tendências evolutivas.....	130

§ 9.º Outros Direitos; síntese comparatística

43. Direito espanhol.....	132
44. Direito austríaco.....	134
45. Direito suíço.....	136
46. Síntese comparatística.....	138

CAPÍTULO II – A QUESTÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA

§ 10.º A legitimidade da apropriação privada

47. O problema.....	141
48. Idade Média, racionalismo e pensamento transcendental.....	142
49. Os pensamentos comunitaristas do século XIX; a experiência soviética.....	145
50. A propriedade em regime soviético.....	148
51. A propriedade obriga (<i>Eigentum verpflichtet</i>).....	150
52. Liberdade e resiliência.....	152

§ 11.º Evolução em Portugal

53. As sesmarias.....	154
54. Os morgadios.....	156
55. Os baldios.....	159
56. A reforma agrária de 1975.....	167
57. A enfiteuse e a sua extinção.....	174
58. A extinção da colônia.....	182
59. Síntese.....	186

CAPÍTULO III – DIREITOS REAIS NO SISTEMA LUSÓFONO

§ 12.º Na Europa

60. Ordenações e Direito comum.....	187
61. A pré-codificação.....	189
62. O Código de Seabra (1867).....	190
63. A receção no pandectismo.....	195
64. A preparação do Código Civil de 1966.....	198
65. O Código Civil; alterações.....	202
66. Apreciação.....	206

§ 13.º O Direito brasileiro

67. Antecedentes.....	208
-----------------------	-----

68. O Código Civil de 1916.....	211
69. O Código Civil de 2002.....	214
70. Especificidades do sistema brasileiro	220
71. Tendências evolutivas.....	221

§ 14.º Direito lusófono em África

72. Generalidades; a Lei de Terras de 1973	222
73. Angola	227
74. Cabo Verde.....	230
75. Guiné	231
76. Moçambique	232
77. São Tomé e Príncipe	234

§ 15.º Os códigos lusófonos de Macau e de Timor

78. Macau	235
79. Timor	236

§ 16.º A autonomia do sistema de Direitos Reais lusófono

80. Tópicos evolutivos.....	238
81. Particularidades dogmáticas	239
82. A língua e o intercâmbio jurídico-científico	241
83. O sistema lusófono de Direitos Reais.....	242

CAPÍTULO IV – COORDENADAS DE DIREITOS REAIS

§ 17.º A questão da parte geral

84. O problema	245
85. Implicações dogmáticas; a doutrina nacional.....	249
86. A construção de princípios	251
87. Os limites da parte geral	252

§ 18.º A dogmática real

88. A capacidade.....	255
89. Os atos <i>stricto sensu</i>	256
90. Os factos <i>stricto sensu</i>	258
91. A Ciência dos Direitos Reais.....	258

CAPÍTULO V – OS PRINCÍPIOS DE DIREITOS REAIS

92. Enunciado	261
---------------------	-----

§ 19.º A imediação jurídica (inerência)

93. O princípio.....	264
94. A inerência.....	265
95. A sequela.....	267
96. A prevalência	268
97. O repensar da sequela e da prevalência.....	272

§ 20.º A especialidade

98. Formulação	275
99. Subprincípios e delimitações	276

§ 21.º *Numerus clausus* (tipicidade)

100. Evolução histórica	279
101. Direito alemão	281
102. Direito francês	284
103. Direito belga	290
104. Direito italiano	291
105. Direito anglo-saxónico	293

§ 22.º A tipicidade no Direito lusófono

106. Ordenações e Código de Seabra	295
107. O Código Civil de 1966.....	298
108. Significado prático.....	300
109. Tipos, tipologias e tipicidade	301
110. Tipicidades e <i>numerus clausus</i>	307
111. A tipicidade dos direitos reais.....	310
112. Tipos abertos e analogias.....	313
113. Ponderação e perspectivas do <i>numerus clausus</i>	314

§ 23.º A absolutidade

114. Reservas e aceções.....	318
115. Limites à absolutidade estrutural.....	321
116. A absolutidade-eficácia: ações e limites	323
117. A absolutidade-responsabilidade: tutela relativa dos reais	328
118. Balanço	333

§ 24.º A publicidade

119. Generalidades	335
120. Modalidades de publicidade	336
121. O princípio da publicidade	337

§ 25.º Outros princípios

122. Generalidades; a territorialidade	339
123. Elasticidade ou consolidação	340
124. Transmissibilidade, consensualidade e causalidade	341

CAPÍTULO VI – A NATUREZA DO DIREITO REAL

§ 26.º O direito subjetivo

125. Generalidades; o problema	343
126. As origens e a sua evolução	344
127. Síntese e leituras subsequentes	348
128. Bases para a reconstrução do conceito	350
129. A permissão específica	353

§ 27.º Teorias tradicionais do direito real

130. A fórmula clássica	354
131. A fórmula moderna	357
132. As teses mistas	362

§ 28.º Teorias atuais do direito real e reconstrução

133. A doutrina lusófona	365
134. A permissão de aproveitamento da coisa	367
135. Objeções e resposta	369
136. Poderes e faculdades reais	370

CAPÍTULO VII – A EXTENSÃO DO DIREITO REAL

§ 29.º Classificações de direitos reais

137. Direitos reais potestativos	375
--	-----

138. Direitos reais sobre móveis e imóveis	378
139. Direitos reais de gozo, garantia e aquisição	379
140. Outras distinções	382

§ 30.º Reais e obrigações

141. O núcleo da distinção	385
142. Aspectos complementares	387
143. Figuras híbridas: direitos pessoais de gozo, ónus reais e relações jurídicas reais	389
144. Interligações	392

§ 31.º Outras disciplinas próximas

145. Reais, personalidade e família	395
146. Os direitos de personalidade	396
147. Direitos reais e direitos a bens imateriais	398

§ 32.º Direitos pessoais de gozo

148. Generalidades; evolução histórica da locação	404
149. O vinculismo	407
150. A natureza do direito do locatário; a) Teorias obrigacionais	412
151. b) Teorias reais	416
152. Discussão dogmática	420
153. Nota de Direito alemão	422
154. A doutrina dos direitos pessoais de gozo	427
155. Aspectos do regime	432

CAPÍTULO VIII – O CONTEÚDO DO DIREITO REAL

§ 33.º Distinções e conteúdo positivo dos direitos reais

156. Generalidades; conteúdos positivo e negativo	437
157. O conteúdo positivo	439

§ 34.º Conteúdo negativo dos direitos reais

158. Limitações específicas	432
159. Função pessoal e função social	443
160. O abuso do direito	444

CAPÍTULO IX – AS COISAS

§ 35.º Coisas e Direitos Reais

161. Aspectos sistemáticos e pedagógicos	447
162. As distinções legais	448
163. Coisas corpóreas	450

§ 36.º Coisas imóveis; prédios, águas e partes integrantes

164. Generalidades e antecedentes	454
165. O Código Civil	455
166. Prédios rústicos e urbanos	458
167. Os limites dos prédios	466
168. Os edifícios	468
169. As águas	468
170. Árvores, arbustos, frutos e direitos	469
171. Partes integrantes	470
172. O regime	477

§ 37.º Os móveis

173. Categoria geral	480
174. Móveis sujeitos a matrícula e a registo	481
175. Coisas representativas; dinheiro; títulos de crédito e cartões	485

§ 38.º Coisas fungíveis, consumíveis e deterioráveis

176. Coisas fungíveis e não-fungíveis	488
177. Coisas consumíveis e não-consumíveis	492
178. Coisas deterioráveis e duradouras	494

§ 39.º Coisas divisíveis, futuras e principais

179. Coisas divisíveis e indivisíveis	495
180. Coisas presentes e futuras	497

§ 40.º Coisas simples e compostas

181. Coisas simples	499
182. Coisas compostas	500
183. <i>Tertium genus</i> ? Posição adotada	501

§ 41.º Coisas acessórias, frutos e benfeitorias

184. Coisas principais e acessórias ou pertenças	506
185. O regime	508
186. Frutos	509
187. Benfeitorias	515

II
A POSSE

§ 42.º Problemática geral

188. Noções básicas e terminologia	519
189. A complexidade da posse	520
190. Desenvolvimentos e exigências atuais	524

CAPÍTULO X – EVOLUÇÃO HISTÓRICO-COMPARATÍSTICA DA POSSE

§ 43.º Direito romano

191. As origens; o <i>usus</i>	529
192. Os <i>interdicta</i>	531
193. Evolução e modalidades de <i>possessio</i>	533
194. O problema do <i>animus</i>	536
195. Outros aspetos	539

§ 44.º Direito intermédio

196. A evolução pós-clássica	541
197. Aportações germânicas	543
198. Canonismo e receções	545

§ 45.º O sistema francês

199. A pré-codificação	548
200. O sistema do <i>Code</i> (1804)	549
201. A evolução subsequente	551

§ 46.º O sistema alemão

202. Savigny e Jhering	554
203. A pandectística	557
204. O BGB (1896-1900)	560

§ 48.º Sistema italiano; outros Direitos

205. O Código Civil de 1865.....	563
206. O Código Civil de 1942.....	564
207. Outros Direitos	567

CAPÍTULO XI – O SISTEMA LUSÓFONO DA POSSE**§ 48.º Pré-codificação e Código de Seabra**

208. A pré-codificação.....	571
209. Código de Seabra.....	573
210. A doutrina	575

§ 49.º O Código Civil de 1966

211. Os preparatórios.....	578
212. O Código Civil.....	580

§ 50.º Os códigos civis brasileiros

213. Os Códigos Civis de 1916 e de 2002.....	583
--	-----

CAPÍTULO XII – AS COORDENADAS GERAIS DA POSSE

214. Metodologia e sequência	587
215. O objeto da posse.....	588
216. O papel da posse.....	589
217. A extensão da posse.....	592
218. A natureza da posse	592

§ 51.º Posse e detenção

219. As origens.....	598
220. <i>Animus</i> : subjetivismos linguísticos.....	599
221. A fuga para o objetivismo.....	601
222. Condicionamentos histórico-dogmáticos	606
223. Rejeição dos argumentos subjetivistas	610
224. A orientação objetivista do Código de 1966.....	611
225. As situações de detenção; 1253º, a); as teorias	613
226. Segue; os atos facultativos.....	617

227. 1253º, b): atos de tolerância.....	622
228. 1253º, c): possuidores em nome de outrem	623

§ 52.º Classificações da posse

229. Espécies de posse; a posse causal e a posse formal.....	625
230. Posse civil e interdita.....	626
231. Posse efetiva e não-efetiva	626
232. Posse titulada e não-titulada	627
233. Posse de boa-fé e de má-fé	632
234. Posse pacífica e violenta.....	638
235. Posse pública e oculta.....	641

§ 53.º A extensão da posse

236. Direitos reais menores	643
237. Direito do locatário e outros direitos pessoais de gozo	645
238. Direito do promitente adquirente.....	649
239. Direitos atípicos.....	652
240. Estabelecimento comercial e participações sociais; outras realidades imateriais	653
241. Síntese.....	655

CAPÍTULO XIII – AS VICISSITUDES DA POSSE**§ 54.º A constituição da posse**

242. Generalidades	659
243. O apossamento.....	661
244. A inversão do título.....	663

§ 55.º A transmissão da posse

245. A tradição.....	666
246. O constituto possessório	668
247. Segue; o regime	671
248. A sucessão na posse.....	673

§ 56.º A perda da posse

249. O abandono.....	676
250. A perda ou destruição da coisa	677
251. O esbulho por mais de um ano	677

252. A cedência.....	678
253. Outras formas	678

CAPÍTULO XIV – OS EFEITOS DA POSSE

§ 57.º Publicidade, frutos, risco e benfeitorias

254. A presunção de titularidade	681
255. O regime dos frutos	682
256. O regime do risco	684
257. As benfeitorias.....	685
258. A tutela indemnizatória.....	687
259. A composesse.....	688

§ 58.º A usucapião

260. Origem e evolução.....	689
261. As codificações	692
262. Fundamentos da prescrição	695
263. Fundamentos da usucapião.....	698
264. Dogmática geral.....	699
265. A acessão na posse.....	701
266. Usucapião de imóveis.....	707
267. Usucapião de móveis.....	709

CAPÍTULO XV – A DEFESA DA POSSE

§ 59.º A ação direta

268. Origem e evolução.....	711
269. Pressupostos e integração	713
270. O regime	715
271. Natureza.....	718

§ 6.º As ações possessórias

272. A restituição provisória	720
273. Prevenção, manutenção e restituição.....	723
274. Embargos de terceiro	728
275. A ex-posse judicial avulsa	730

III DO REGISTO PREDIAL

CAPÍTULO XVI – EVOLUÇÃO HISTÓRICO-COMPARATÍSTICA DO REGISTO

§ 61.º Evolução histórica

276. Dados básicos	737
277. A Antiguidade	738
278. A experiência francesa.....	741
279. A experiência alemã.....	743

§ 62.º Aspectos comparatísticos e Direito europeu

280. Transcrição, inscrição e entabulação	747
281. A conexão substantiva	748
282. O Direito europeu	749

§ 63.º A evolução lusófona

283. Aspectos gerais e periodificação	751
284. Das origens ao alvará de 9-jun.-1801	752
285. A Lei de 26-out.-1836.....	754
286. A Lei de 1-jul.-1863.....	756
287. O Código de Seabra (1867)	758
288. O Regulamento de 28-abr.-1870.....	761
289. O Regulamento de 20-jan.-1898.....	762
290. Os Códigos de 1928, de 1929 e de 1959	764
291. O Código de 1967.....	768
292. Os Códigos de 1983 e de 1984	770
293. Alterações ao Código de 1984.....	772
294. Balanço	776
295. As reformas de 2008 e de 2013	778

CAPÍTULO XVII – A DOGMÁTICA DO REGISTO PREDIAL

§ 64.º Fins, orgânica e técnica do registo

296. Os fins do registo	781
297. A orgânica do registo predial.....	783
298. A técnica do registo	785

§ 65.º Os factos sujeitos a registo

299. O âmbito do registo	789
300. As ações, decisões, procedimentos e providências.....	791
301. O problema da ação pauliana.....	792
302. A natureza não-taxativa das enumerações legais	796

§ 66.º Os princípios do registo

303. Generalidades; sentido e enumeração.....	798
304. O princípio da instância; a assessoria das conservatórias.....	800
305. O princípio da legalidade.....	802
306. O princípio do trato sucessivo	805
307. O princípio da prioridade.....	807
308. O princípio da obrigatoriedade; a evolução.....	808

§ 67.º Os efeitos civis do registo

309. Aspetos gerais; a fé pública.....	812
310. Efeito presuntivo; a dupla descrição.....	813
311. Os vícios do registo	816
312. Efeito consolidativo	818
313. Efeito enunciativo.....	819
314. Efeito constitutivo.....	820
315. A inscrição de ações	823

§ 68.º A aquisição tabular

316. Nota comparatística	827
317. Evolução lusófona	830
318. O artigo 291.º do Código Civil; projeção tabular	833
319. A aquisição tabular (17.º/2 do CRP).....	837
320. A conciliação dos artigos 291.º do CC e 17.º/2 do CRP.....	839
321. O conceito de “terceiro” no Direito vigente	841
322. A natureza	844

Índice de jurisprudência.....	847
Índice onomástico.....	863
Índice bibliográfico	887
Índice ideográfico	959

I

INTRODUÇÃO

E

DOGMÁTICA GERAL